

Via Certa Financiadora S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos

Demonstrações financeiras

em 30 de junho de 2024

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	6
Balancos patrimoniais	9
Demonstrações do resultado	11
Demonstrações do resultado abrangente	12
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	13
Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto	14
Notas explicativas às demonstrações financeiras	15

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

(Em milhares de Reais)

Senhores acionistas:

A Via Certa Financiadora S. A. - Crédito, Financiamento e Investimentos (“Financeira”), atendendo às disposições sociais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2024, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

DESEMPENHO FINANCEIRO

As operações de crédito da Financeira apresentaram redução no semestre, devido ao planejamento da diretoria visando a redução de inadimplência e aumento de lucratividade. Em 30 de junho de 2024, a carteira de operações de crédito totalizou R\$ 322.702 (R\$ 357.409 em 2023), com estimativa de perdas esperadas associadas ao risco de crédito no montante de R\$ 70.195 (R\$ 69.262 em 2023). Dessa forma, apresentando a carteira líquida de R\$ 252.507 (R\$ 288.147 em 2023), evidenciando uma redução de R\$ 35.640 no saldo líquido, correspondendo a uma redução de 12% no semestre. No final do primeiro semestre de 2024, a carteira de operações de crédito está composta de 412.067 operações de 185.842 clientes, apresentando um saldo médio de R\$ 1.736 por cliente (380.213, 194.931 e R\$ 1.833, respectivamente, em 2023).

Durante o primeiro semestre de 2024, a Financeira apurou R\$ 97.579 (R\$ 112.414 em 2023) de receitas da intermediação financeira e R\$ 57.156 (R\$ 82.683 em 2023) de despesas da intermediação financeira, obtendo o resultado bruto da intermediação financeira de R\$ 40.423 (R\$ 29.731 em 2023). Assim, apresentando um aumento de 36% no resultado da intermediação financeira comparado ao primeiro semestre de 2023.

As receitas de prestação de serviço apresentaram um crescimento de 5,53% em comparação com o semestre anterior, partindo de R\$ 12.162 no primeiro semestre de 2023 e atingindo R\$ 12.834 em 2024. As despesas operacionais totalizaram R\$ 49.277 no primeiro semestre de 2024 (R\$ 52.004 em 2023), apresentando uma redução de 5,2% no semestre.

No semestre findo em 30 de junho de 2024, a Financeira apurou lucro líquido de R\$ 3.285 (prejuízo líquido de R\$ (5.578) em 2023).

PRINCIPAIS FATOS ADMINISTRATIVOS

A Via Certa expressa sua profunda empatia e solidariedade às comunidades impactadas pelas enchentes que afetaram o Rio Grande do Sul. Reconhecendo a gravidade da situação, atuamos em campanhas solidárias. A administração fez um mapeamento de todo o estado do Rio Grande do Sul e classificou com grau de severidade “vermelha” os municípios com grande destruição, “amarelo” com média ou pequena destruição e “verde” vida normal. As vendas de operações de crédito realizadas no Rio Grande do Sul representaram 61% do total de vendas nos meses de Jan a Abr/24 e

os clientes classificados no grau de severidade “vermelha, representavam 6% e no grau de severidade “amarela” 14,5% destas vendas realizadas. Na carteira bancária o Rio Grande do Sul representou 56% do total da carteira e as regiões mais afetadas pelas enchentes os clientes classificados no grau de severidade “vermelha, representavam 6% e no grau de severidade “amarela” 13% desta carteira. Para as estratégias e ações de cobrança foram adotadas medidas emergenciais para auxiliar nossos clientes, comprometidos em fornecer o melhor suporte possível em relação aos nossos serviços da seguinte forma: Flexibilização dos prazos de vencimento, atendimento prioritário e acessível, isenção de juros e renegociações com entrada facilitada. A Via Certa está customizando os sistemas para implantar a Resolução CMN nº 5.133 de 13/05/2024.

TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Em atenção ao disposto no art. 8º da Circular nº 3.068/01 do Banco Central do Brasil (Bacen), em 30 de junho de 2024, a Via Certa possui somente títulos e valores mobiliários classificados como “mantidos para negociação”. Adicionalmente, a Financeira não operou com instrumentos financeiros derivativos ao longo do período.

POLÍTICA DE REINVESTIMENTO DE LUCROS E DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

A Assembleia Geral delibera, respeitadas as disposições referentes a constituição de Reserva Legal e de distribuição mínima de dividendos, sendo que, assegura a distribuição de dividendos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado nos termos do art. 152 da Lei 6.404/76.

GERENCIAMENTO INTEGRADO DE RISCOS E DE CAPITAL

A Via Certa estabeleceu uma estrutura de gerenciamento integrada de riscos e de capital, de acordo com as exigências da resolução nº 4.557/17 do Conselho Monetário Nacional (CMN), permitindo identificar, mensurar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar os riscos que a instituição está exposta, conforme descrito na nota explicativa 21 e 22.

AUDITORIA INDEPENDENTE

A Financeira possui processo adequado para a contratação de Auditoria Independente, considerando aspectos de transparência, conformidade, objetividade e independência do Auditor Independente, bem como, para observância da não contratação da mesma empresa para outros serviços que possam configurar eventual conflito de interesse e perda de independência ou objetividade na execução de suas atividades. Respeitando o disposto, a Financeira contratou a KPMG Auditores Independentes Ltda. para execução dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras, sendo que os honorários relativos à auditoria independente do exercício de 2024 totalizam R\$ 241.

OUVIDORIA

Em atendimento à Resolução CMN nº 4.859/20 do Bacen de 23/10/2020, desde 30 de setembro de 2007 é disponibilizado aos colaboradores, clientes, parceiros, terceiros e fornecedores o Canal de Denúncias para comunicação de indícios de ilicitudes de qualquer natureza, relacionados às atividades da Instituição, tais como fraude, corrupção e/ou práticas suspeitas que possam comprometer a ética e integridade de seus negócios bem como qualquer informação que possa afetar a reputação dos controladores e membros de órgãos estatutários, incluído diretores eleitos e/ou contratados.

Mantemos registradas todas as solicitações efetuadas ao canal de comunicação da Ouvidoria. Deixamos o cliente sempre informado sobre a existência do canal de atendimento e damos o pronto atendimento com a resolução das solicitações dentro dos prazos previstos. Além disso, mantemos atualizados os documentos sociais com as menções sobre as estruturas da Ouvidoria e as atribuições do Diretor de Ouvidoria.



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Avenida Carlos Gomes, 258 - 6º andar, salas 601 a 606 - Boa Vista

90480-000 - Porto Alegre/RS - Brasil

Caixa Postal 18511 - CEP 90480-000 - Porto Alegre/RS - Brasil

Telefone +55 (51) 3327-0200

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da

Via Certa Financiadora S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos

Santo Cristo - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Via Certa Financiadora S.A. Crédito, Financiamento e Investimentos (“Financeira”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Via Certa Financiadora S.A. Crédito, Financiamento e Investimentos em 30 de junho de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Financeira, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Financeira é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Financeira continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Financeira ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Financeira.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Financeira. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Financeira a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 27 de agosto de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/F-7

Jonas Moreira Salles Contador CRC
SP295315/O4

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota	06/2024	12/2023
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	136.019	46.877
Disponibilidades		4.358	3.216
Títulos e Valores Mobiliários		131.661	43.661
Instrumentos Financeiros	5	322.702	357.409
Operações de Crédito		307.146	345.997
Outros Créditos com Característica de Crédito		15.556	11.412
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	5	(70.195)	(69.262)
Operações de Crédito		(62.109)	(62.667)
Outros Créditos com Característica de Crédito		(8.086)	(6.595)
Créditos Tributários	6	17.147	17.213
Outros Créditos	7	9.460	9.955
Ativo Não Financeiro Mantido para Venda		607	594
Ativo Permanente	8	10.258	9.755
Imobilizado		2.765	2.457
Intangível		12.571	11.723
Depreciações e Amortizações		(5.078)	(4.425)
TOTAL DO ATIVO		425.998	372.541

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de Reais)

PASSIVO	Nota	06/2024	12/2023
Instrumentos Financeiros		366.570	322.029
Depósitos		140.414	99.009
Depósitos a Prazo	9	140.402	98.995
Outros Depósitos		12	14
Recursos de Aceites Cambiais	10	226.156	223.020
Recursos de Aceites Cambiais		156.692	152.799
Recursos de Letras Financeiras		69.464	70.221
Provisões	11	527	559
Passivos Contingentes		527	559
Outros Passivos		18.183	11.040
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		4.663	510
Fiscais e Previdenciárias		4.914	2.643
Outras Obrigações	12	8.606	7.887
Patrimônio Líquido	13	40.718	38.913
Capital Social		38.288	38.288
Reserva de lucro		2.430	625
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		425.998	372.541

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	06/2024	06/2023
Receitas da Intermediação Financeira	15	97.579	112.414
Rendas de operações de crédito		94.118	107.803
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		3.461	4.611
Despesas da Intermediação Financeira		(57.156)	(82.683)
Operações de captação no mercado		(20.681)	(29.515)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5	(36.475)	(53.168)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		40.423	29.731
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais		(34.872)	(39.108)
Receitas de prestação de serviços	16	12.834	12.162
Despesas de pessoal		(7.438)	(6.542)
Outras despesas administrativas	17	(34.744)	(39.141)
Despesas tributárias	18	(4.596)	(4.699)
Outras receitas operacionais		1.571	734
Outras despesas operacionais		(2.499)	(1.622)
Resultado Antes da Tributação Sobre o Lucro		5.551	(9.377)
Imposto de Renda e Contribuição Social		(2.266)	3.799
Provisão para imposto de renda	14	(1.370)	-
Provisão para contribuição social	14	(829)	-
Ativo fiscal diferido	6	(67)	3.799
Resultado do semestre		3.285	(5.578)
Quantidade de ações do capital social		100.000	100.000
Resultado por ação - em R\$		32,85	(55,78)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	<u>06/2024</u>	<u>06/2023</u>
Lucro / (Prejuízo) líquido do semestre	3.285	(5.578)
Outros componentes do resultado abrangente	-	-
Total do resultado abrangente do semestre	3.285	(5.578)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de lucros		Lucros ou (prejuízos)	Total
		Legal	Estatutária		
Saldos em 01 de janeiro de 2023	33.288	2.988	2.041	-	38.317
Integralização de capital	5.000	-	-	-	5.000
Prejuízo do semestre	-	-	-	(5.578)	(5.578)
Destinação dos lucros:					
Reserva legal	-	(2.988)	-	2.988	-
Reserva estatutária	-	-	(1.091)	1.091	-
Dividendos distribuídos	-	-	(950)	-	(950)
Saldos em 30 de junho de 2023	38.288	-	-	(1.499)	36.789
Mutações do semestre	5.000	(2.988)	(2.041)	(1.499)	(1.528)
	Capital social	Reserva de lucros		Lucros ou (prejuízos)	Total
		Legal	Estatutária		
Saldos em 01 de janeiro de 2024	38.288	124	501	-	38.913
Lucro líquido do semestre	-	-	-	3.285	3.285
Destinação dos lucros:					
Reserva legal	-	164	-	(164)	-
Reserva estatutária	-	-	3.121	(3.121)	-
Dividendos distribuídos	-	-	(1.480)	-	(1.480)
Saldos em 30 de junho de 2024	38.288	288	2.142	-	40.718
Mutações do semestre	-	164	1.641	-	1.805

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	06/2024	06/2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Resultado do período	3.285	(5.578)
Ajustes por:		
Constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	36.475	53.168
Provisão passivos contingentes	(20)	113
Provisão outros	12	-
Depreciações e amortizações	693	684
Imposto de renda e contribuição social diferido	67	(3.799)
Imposto de renda e contribuição social corrente	2.199	-
Resultado do período ajustado	42.711	44.588
Variações nos ativos e passivos		
Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	-	514
(Aumento) em operações de crédito	(834)	(15.351)
Redução/(Aumento) em outros créditos	428	(175)
Aumento em depósitos a prazo e outros depósitos	41.406	9.833
Aumento em recursos de aceites cambiais	3.135	776
Aumento/(Redução) em outras obrigações	6.034	(1.025)
	50.169	(5.428)
Provisão para passivos contingentes pagos	(12)	(15)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.050)	(64)
Caixa líquido proveniente das / (utilizado nas) atividades operacionais	91.818	39.081
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado de uso	(348)	(14)
Baixa de imobilizado de uso	2	1
Aquisição de intangível	(850)	(1.229)
Caixa líquido (utilizado nas) atividades de investimento	(1.196)	(1.242)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Integralização de capital	-	5.000
Dividendos pagos	(1.480)	(950)
Caixa líquido (utilizado nas) / proveniente das atividades de financiamentos	(1.480)	4.050
Varição líquida de caixa e equivalentes de caixa	89.142	41.889
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do período	46.877	53.289
No fim do período	136.019	95.178
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	89.142	41.889

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Via Certa Financiadora S. A. - Crédito, Financiamento e Investimentos (“Via Certa” ou “Financeira”), instituição financeira privada, com sede no Brasil, na rua Tenente Jung, 366, Centro, Santo Cristo, Rio Grande do Sul, foi constituída em 20 de agosto de 2001 e está autorizada, conforme o despacho de 05 de julho de 2002, publicado no Diário Oficial de 10 de julho de 2002, a operar com o financiamento de operações de compra a prazo, operações de crédito pessoal e antecipação de recebíveis, através da aplicação de recursos próprios, captados de terceiros e de partes relacionadas.

A Financeira foi fundada a partir da decisão de incluir no antigo grupo Lojas Quero-Quero S.A., uma empresa que estivesse apta, junto aos órgãos fiscalizadores e reguladores, a efetuar operações de crédito destinadas aos clientes do grupo.

Visando ampliar seu mercado de atuação, em janeiro de 2012, a empresa concluiu a substituição de todo o parque de tecnologia da informação e a criação de uma estrutura totalmente desvinculada ao Grupo Quero-Quero, para passar a operar no mercado de Crédito Pessoal (CP), Crédito Direto ao Consumidor (CDC) e cartões Private Label, através de novas parcerias fora do Grupo.

A Financeira possui mais de 5 mil pontos de venda e atua, praticamente, em todos os Estados do Brasil, através da contratação de Correspondentes Bancários. A Financeira possui contratos de parceria para financiamento dos usuários de cartões de crédito das Lojas Quero-Quero, Lojas Breithaupt, Lojas Holz, Lojas Hoje e Cartões Sigacred. Além disso, possui uma operação estruturada para o FIDC Verdecard (Lojas Quero-Quero/Verdecard).

A Financeira opera, basicamente, com um ticket reduzido em operações pulverizadas, com foco no empréstimo pessoal e CDC. A Financeira não mantém, nem tem por estratégia manter, operações nos mercados de câmbio, commodities ou de capitais.

A acionista, Via Certa Participações e Investimento S. A., é sua controladora integral.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira e as normas emitidas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN, com as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional), Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), Resolução CMN nº 4.818/2020 e Resolução BCB nº 2/2020, incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09.

A Administração declara que preparou as demonstrações financeiras no pressuposto de continuidade dos negócios e que as divulgações realizadas evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

Em 27 de agosto de 2024, as demonstrações financeiras foram concluídas pela Administração e a Diretoria executiva aprovou as demonstrações financeiras e sua divulgação a partir dessa data.

3. RESUMO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a. Moeda funcional

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Financeira. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

b. Estimativa contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As informações financeiras incluem estimativas e premissas, como mensuração de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, outras provisões e projeções realizadas de créditos tributários. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas. A Financeira efetua a revisão das estimativas e das premissas pelo menos semestralmente.

c. Apuração de resultados

As receitas e despesas foram reconhecidas pelo regime de competência.

d. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades, em moeda nacional e estrangeira, e aplicações interfinanceiras de liquidez, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor. Dessa forma, o valor contábil se aproxima de seu valor justo.

e. Instrumentos financeiros

Conforme previsto na Circular Bacen nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, os títulos e valores mobiliários são classificados nas seguintes categorias, de acordo com a intenção da Administração em mantê-los até o seu vencimento ou vendê-los antes dessa data.

i. Títulos disponíveis para venda

Compreendem os títulos e valores mobiliários avaliados pelo valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e, quando aplicável, ajustados pelos seus respectivos valores de mercado, em contrapartida à destacada conta do patrimônio líquido denominada “Outros resultados abrangentes”, líquido dos efeitos tributários. Quando esse título e valor mobiliário é realizado, o ganho ou a perda acumulada no patrimônio líquido é transferido para o resultado.

ii. Títulos mantidos até o vencimento

Compreendem os títulos e valores mobiliários para os quais a Administração possui a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data-base das demonstrações financeiras.

iii. Títulos para negociação

Compreendem os títulos adquiridos com a intenção de serem ativos e frequentemente negociados, sendo ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do exercício e são apresentados no circulante independente do seu vencimento.

O valor de mercado utilizado para ajuste de carteira é apurado com base nas taxas médias dos títulos, divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA).

f. Valor justo de instrumentos financeiros

A Financeira cumpre as instruções do CPC 46, na contabilização dos seus instrumentos financeiros sujeitos a contabilização a valor justo, onde define o valor justo como sendo o preço que seria recebido por um ativo ou pago para transferir um passivo, em uma transação não forçada, entre participantes do mercado principal, na data da mensuração. O valor justo é uma mensuração baseada em mercado e não uma mensuração específica da entidade.

Para alguns ativos e passivos, pode haver informações da sua cotação no mercado ou de transações observáveis disponíveis. Quando o preço para um ativo ou passivo idêntico não é observável, a entidade mensura o valor justo utilizando outra técnica de avaliação que maximiza o uso de dados observáveis relevantes e minimiza o uso de dados não observáveis.

A orientação contábil fornece uma hierarquia, em três níveis, para a classificação de instrumentos financeiros contabilizados a valor justo. A hierarquia dá a mais alta prioridade a preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos (informações de Nível 1), seguido da mensuração através de técnicas de avaliação que utilizam como base dados observáveis (informação de nível 2) e a mais baixa prioridade a avaliações com dados não observáveis (informações de Nível 3).

g. Operações de crédito e perdas esperadas

A Financeira observa e atende as diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, dispondo dos critérios necessários para classificação das operações de crédito e mensuração perdas estimadas em operações de crédito.

Conforme definido em política interna, as perdas esperadas são estimadas para cobrir os custos relativos ao risco de crédito, seja ele proveniente da inadimplência ou desvalorização dos instrumentos financeiros em detrimento da qualidade creditícia do tomador de crédito, observando os limites mínimos estabelecidos na tabela progressiva.

As operações são classificadas, de acordo com os parâmetros estabelecidos referida resolução, em nove níveis de risco, sendo AA, A, B, C, D, E, F e H, onde AA representa as operações de menor risco e H as de maior risco.

A Financeira adota o previsto no Art. 5º da Resolução 2.682/99 para fins de alocação do risco de crédito. As operações de crédito, cujo saldo devedor total da contraparte é inferior a R\$ 50, são classificadas, inicialmente, no nível de risco “A” e reclassificados, mensalmente, com base na inadimplência. As operações de crédito, cujo saldo devedor total da contraparte é superior a R\$ 50, são classificadas com base no modelo interno de avaliação do risco de crédito no momento da originação do contrato e atualizado, semestralmente, nas datas bases das demonstrações financeiras.

As operações de créditos são contabilizadas pelo método do custo amortizado, onde o ativo financeiro é reconhecido, inicialmente, pelo valor da transação e, posteriormente, ajustado pelo valor das receitas geradas e deduzido das parcelas recebidas e do saldo de perdas estimadas associadas ao risco de crédito. A receita da intermediação financeira é reconhecida através da taxa de juros nominal e os custos incrementais e as receitas de originação registradas diretamente no resultado.

Os juros referentes às operações de crédito em dia e vencidas até o 59º dia são contabilizados no resultado do período e, operações vencidas a partir do 60º dia ou renegociadas, os juros somente serão apropriados ao resultado quando forem efetivamente recebidos.

As baixas de operações de crédito contra prejuízo (write-offs) são efetuadas após decorridos seis meses de sua classificação no rating “H”, desde que apresentem atraso superior a 180 dias. O controle das operações de crédito ocorre em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas quando da data da renegociação. As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H". Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

A Financeira considera, para todas as modalidades de crédito, a contagem em dobro para os contratos com prazos vincendos superiores a 36 meses, conforme permitido pela Resolução CMN nº 2.682/99.

A Financeira realiza cessões sem retenção de riscos e benefícios. Nessa categoria são classificadas as operações em que o vendedor ou cedente transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, o que resultam na baixa dos ativos financeiros objeto da operação. O resultado da cessão é reconhecido integralmente, quando da sua realização conforme previsto na Resolução nº 3.533/08.

h. Ativo permanente

O imobilizado é registrado pelo do custo de aquisição, que corresponde ao valor do bem, acrescido de impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, depois de deduzidos os descontos comerciais e abatimentos. A depreciação é calculada pelo método linear com base no prazo de vida útil dos bens.

Os ativos intangíveis, incluindo software e outros ativos incorpóreos, são reconhecidos, pelo custo de aquisição, a partir do momento em que os ativos são identificáveis, controlados pela Financeira e do qual se espera que resultem benefícios econômicos futuros para a entidade. Os investimentos em ativos intangíveis gerados internamente, são capitalizados, somente, a partir da data em que a entidade é capaz de demonstrar a viabilidade técnica para concluir, a intenção de conclusão, a disponibilidade de recursos, a capacidade de uso ou venda, a capacidade de mensurar com confiabilidade os gastos atribuíveis e puder demonstrar benefícios econômicos futuros para a entidade.

Os ativos intangíveis são classificados em ativos com a vida útil definida e indefinida. Os ativos de vida útil definida são amortizados pelo método linear com base no prazo de vida útil. Os ativos de vida útil indefinida não são amortizados e possuem seu saldo testado, anualmente, pelo teste de Redução ao Valor Recuperável de Ativos (*Impairment*).

i. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Os ativos imobilizados e intangíveis com vida útil definida são avaliados, anualmente, a fim de identificar indicativos de *impairment*, caso seja constatado algum indício de desvalorização os ativos são submetidos ao teste de *impairment*. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida são submetidos ao teste de *impairment*, anualmente, independentemente de apresentarem indicativos de desvalorização.

A revisão do valor recuperável compreende uma comparação do valor contábil do ativo ou da unidade geradora de caixa com o seu valor recuperável. O valor recuperável é definido como o maior entre o valor justo do ativo líquido dos custos de venda e seu valor em uso.

j. Recursos de aceite e emissão de títulos e depósitos a prazo

São demonstrados pelos valores de exigibilidade, incluindo os encargos e as variações monetárias incorridos até a data do balanço, calculados pro rata dia.

k. Tributos

Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquotas vigentes
Imposto de Renda (IR)	15% + Adicional 10%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	15%
Programa de Integração Social (PIS)	0,65%
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	4%
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN)	2.2% e 4.2%

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social são constituídos sobre diferenças temporariamente indedutíveis, prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social. A realização desses créditos tributários ocorrerá quando da realização das provisões constituídas e pela geração de lucros tributáveis, observando, para prejuízo fiscal e base negativa, o limite de 30% do lucro real do período-base. Esses créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnico e as análises realizadas pela Administração.

l. Ativos e passivos contingentes

Ativos e passivos contingentes são direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados, cuja ocorrência depende de eventos futuros. O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes são efetuadas de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisão, passivos e ativos contingentes aprovados pela Resolução CMN nº 3.823/2009:

Ativos contingentes – Ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando a Administração acredita que sua realização é praticamente certa e o valor possa ser mensurado com confiabilidade.

Passivos contingentes – A Financeira reconhece a provisão para a parte da obrigação para a qual é provável uma saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos. As provisões registradas nas demonstrações financeiras decorrem, basicamente, de processos judiciais inerentes ao

curso normal dos negócios movidos por terceiros em ações cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda das contingências cíveis e trabalhistas é realizada com base no julgamento dos assessores jurídicos, sobre o fundamento jurídico da causa e a viabilidade de produção de provas, da jurisprudência, da possibilidade de recorrer a instâncias superiores e da experiência histórica da instituição.

Os passivos contingentes são classificados de acordo com sua probabilidade de perda como:

Provável – A provisão para passivo contingente é reconhecida nas demonstrações financeiras;

Possível – Os valores são divulgados nas notas explicativas, mas para as quais nenhuma provisão é reconhecida; e

Remoto – não requer provisão e nem divulgação em notas explicativas.

m. Resultados recorrentes e não recorrentes

A Financeira considera como recorrentes os resultados oriundos das operações realizadas de acordo com o objeto social da Financeira, considerando seu Estatuto Social. Além disto, a Administração considera como não recorrentes os resultados que não estejam relacionados ou estejam relacionados incidentalmente com as atividades típicas da Financeira e resultados que não estejam previstos para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. No semestre findo em 30 de junho de 2024, o resultado corrente totalizou R\$3.283 e não recorrente R\$2 respectivamente ((R\$ 5.579) e R\$1 em 2023). Os resultados não recorrentes foram originados de alienações do ativo imobilizado.

n. Mudanças em políticas contábeis

Em novembro de 2021, foi divulgada a Resolução CMN nº 4.966, a qual define os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Essa Resolução estará vigente em sua totalidade a partir de 1º de janeiro de 2025. Entretanto, é exigido que as referidas instituições elaborem até 31 de dezembro de 2022, e mantenham à disposição do Banco Central do Brasil, um plano para a implementação dessa regulamentação contábil.

O plano para a implementação abaixo, apresentado de forma resumida, foi aprovado pela Diretoria da instituição e encaminhado para o Banco Central do Brasil.

i. Plano de Implementação da Resolução CMN 4.966/21

Para a elaboração do plano, foram avaliados o cenário atual da instituição, além das eventuais possibilidades de mudanças em sistemas, produtos, processos e na própria normatização.

Entretanto, como o Banco Central do Brasil ainda poderá divulgar normas complementares, necessárias à execução do referido normativo sobre o método simplificado para amortização de custos de transação (taxa efetiva de juros), definições de principal e juros para o teste SPPJ, pisos de provisão para ativos com problemas de recuperação de crédito, regras para instituições S4 que pretendem optar pela abordagem completa da PECLD, entre outros, este plano poderá ser revisto pela gestão da instituição.

A seguir, encontram-se listados alguns dos principais itens abordados no plano para a implementação da Resolução CMN nº 4.966/21:

- Capacitação da equipe;
- Classificação e mensuração de ativos financeiros (Modelo de Negócio e Teste SPPJ);
- Classificação de passivos financeiros;
- Custos de transação;
- Ativos com problemas de recuperação de crédito;
- Renegociação e reestruturação de ativos financeiros;
- Baixa de ativos financeiros;
- Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; e
- Evidenciação.

ii. Resolução BCB nº 309/22

Em março de 2023, como complemento a Resolução CMN nº 4966/21, o Banco Central emitiu a Resolução BCB nº 309, a qual estabelece detalhes técnicos de como ampliar conceitos como definição de fluxos de caixas de ativo financeiro como somente pagamento de principal e juros, aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros, constituição de provisão para perdas associadas ao risco e crédito e a evidenciação de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativas a serem observadas pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Essa Resolução deverá ser observada pela entidade para refinamento dos parâmetros do plano de implementação, visto que define conceitos fundamentais de itens da norma. Essa Resolução estará vigente a partir de 1º de janeiro de 2025.

iii. Status do Plano de Implementação

A Financeira concluiu a elaboração das novas políticas contábeis para contabilização dos instrumentos financeiros e apuração da perda esperada, de acordo com os critérios das novas regulamentações.

Os ajustes sistêmicos requeridos para implementação das novas regras de contabilização de instrumentos financeiros estão em fase de conclusão. A entrega será realizada de forma fracionada, sendo que as primeiras entregas já estão sendo entregues para teste de homologação.

Além disso, está em desenvolvimento o modelo da perda esperada, de acordo com a metodologia simplificada da Resolução BCB 309/22.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de até três meses, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

a. Composição

	06/2024	12/2023
Caixa e equivalentes de caixa		
Disponibilidades (a)	4.358	3.216
Títulos e valores mobiliários (b)	131.661	43.661
Total	136.019	46.877

(a) Corresponde aos saldos mantidos em caixa e de depósitos bancários.

(b) Refere-se aos investimentos em cotas de fundos de investimentos de renda fixa sem carência de resgate, que investem a maior parte de seu patrimônio em títulos do Tesouro Nacional. O valor de mercado dessas aplicações é apurado com base no valor da cota divulgado pelos administradores dos fundos.

A Financeira não realizou operações com instrumentos financeiros derivativos nos semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023.

b. Investimentos mensurados a valor justo

Descrição	Classificação	Hierarquia	12/2023	Movimentações do semestre			06/2024
			Saldo Inicial	Aplicações	Rendimentos	Resgates	Saldo Final
BB Renda Fixa Ref. DI Títulos Públicos FI LP	VJR	Nível 1	1.493	597.179	1.397	(554.890)	45.179
Banrisul Master FI Renda Fixa Ref. DI LP	VJR	Nível 1	3.111	408.230	354	(401.780)	9.915
Bradesco FI Renda Fixa Ref. DI Federal Extra	VJR	Nível 1	17.839	5.000	378	(12.500)	10.717
FI Caixa Master Conservador Renda Fixa Ref. DI LP	VJR	Nível 1	1.902	18.300	308	-	20.510
Itaú Verso a Renda Fixa Ref. DI	VJR	Nível 1	795	25.000	519	-	26.314
Sicredi FI Renda Fixa Liquidez empresarial DI	VJR	Nível 1	18.521	10.000	505	(10.000)	19.026
Total			43.661	1.063.709	3.461	(979.170)	131.661

Descrição	Classificação	Hierarquia	12/2022	Movimentações do semestre			06/2023
			Saldo Inicial	Aplicações	Rendimentos	Resgates	Saldo Final
BB Renda Fixa Ref. DI Títulos Públicos FI LP	VJR	Nível 1	1.460	20.500	427	(1.481)	20.906
Banrisul Master FI Renda Fixa Ref. DI LP	VJR	Nível 1	11.751	289.000	862	(299.050)	2.563
Bradesco FI Renda Fixa Ref. DI Federal Extra	VJR	Nível 1	9.179	2.000	702	-	11.881
FI Caixa Master Conservador Renda Fixa Ref. DI LP	VJR	Nível 1	11.078	16.650	1.031	(5.000)	23.759
Itaú Verso a Renda Fixa Ref. DI	VJR	Nível 1	10.165	5.500	675	-	16.340
Sicredi FI Renda Fixa Liquidez empresarial DI	VJR	Nível 1	9.220	7.500	734	-	17.454
Total			52.853	341.150	4.431	(305.531)	92.903

5. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

As operações de crédito são compostas de empréstimos, financiamentos e antecipações de recebíveis, concedidas a pessoas físicas e jurídica, decorrentes de vendas diretas da Financeira, através de correspondentes bancários e advindas de contratos de parceria para financiamento de operações de aquisições de mercadorias através Cartão Verdecard, Cartão Sigacred, Cartão Holz e Cartão Hoje.

A rubrica de “Outros créditos” refere-se a títulos com característica de concessão de crédito, recebidos em transferência da Verde Administradora de Cartões S.A., das Lojas Quero-Quero S.A. e da Sigacred Administradora Ltda. ainda não faturados e/ou não vencidos. Essas operações estão classificadas de acordo com o previsto na Resolução nº 2.682/99 do CMN, em função das características de garantia e dos valores individuais envolvidos.

a. Composição por tipos de operações

	06/2024	12/2023
Setor privado		
Empréstimos e antecipações	251.591	272.102
Financiamentos	55.555	73.895
Outros créditos c/ características de concessão de crédito	15.556	11.412
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(70.195)	(69.262)
Total	252.507	288.147
Circulante	211.142	242.615
Realizável a longo prazo	41.365	45.532

b. Composição por tipo de cliente

	Empréstimos e antecipações	Financiamento	Outros créditos	Total 06/2024	Total 12/2023
Tipo de Cliente					
Pessoas físicas	249.143	55.255	14.772	319.170	354.213
Pessoas jurídicas	2.448	300	784	3.532	3.196
Total da carteira	251.591	55.555	15.556	322.702	357.409
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(56.304)	(5.805)	(8.086)	(70.195)	(69.262)
Total líquido	195.287	49.750	7.470	252.507	288.147

c. Composição de parcelas por vencimento

	Empréstimos e antecipações	Financiamentos	Outros créditos	Total 06/2024	Total 12/2023
Vencidos					
A partir de 15 dias (1)	41.777	4.917	14.002	60.696	59.569
A Vencer					
Até 3 meses	71.307	17.652	1.554	90.513	101.063
De 3 a 12 meses	102.133	23.336	-	125.469	147.247
De 1 a 3 anos	31.727	9.463	-	41.190	43.363
Após 3 anos	4.647	187	-	4.834	6.167
Total da carteira	251.591	55.555	15.556	322.702	357.409
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito curto prazo	(52.060)	(5.389)	(8.086)	(65.535)	(65.264)

Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito longo prazo	(4.244)	(416)	-	(4.660)	(3.998)
Total de PCLD	(56.304)	(5.805)	(8.086)	(70.195)	(69.262)
Saldo Líquido	195.287	49.750	7.470	252.507	288.147

(1) As operações com atrasos de até 15 dias são considerados como em dia e agrupados na linha de “A vencer até 3 meses”.

d. Composição dos contratos por nível de risco

	06/2024				12/2023			
	Vencidos	A Vencer	Saldo Atual	Provisão	Vencidos	A Vencer	Saldo Atual	Provisão
Empréstimos								
A	1.702	144.422	146.124	(731)	1.539	161.003	162.542	(812)
B	12.225	3.322	15.547	(155)	12.304	4.046	16.350	(164)
C	8.600	3.218	11.818	(355)	10.035	3.389	13.424	(403)
D	7.497	3.061	10.558	(1.056)	9.050	3.672	12.722	(1.272)
E	6.872	2.698	9.570	(2.871)	8.130	2.318	10.448	(3.134)
F	6.818	1.997	8.815	(4.408)	7.520	1.868	9.388	(4.694)
G	6.331	1.766	8.097	(5.668)	6.961	2.029	8.990	(6.293)
H	35.984	5.076	41.060	(41.060)	35.327	2.911	38.238	(38.238)
Financiamentos								
A	400	43.083	43.483	(217)	417	59.157	59.574	(297)
B	2.377	671	3.048	(30)	2.492	682	3.174	(32)
C	1.187	102	1.289	(39)	1.374	140	1.514	(45)
D	851	17	868	(87)	1.048	53	1.101	(110)
E	953	14	967	(290)	1.042	20	1.062	(319)
F	958	14	972	(486)	735	35	770	(385)
G	907	6	913	(639)	762	12	774	(542)
H	3.989	27	4.016	(4.017)	5.881	44	5.925	(5.925)
Outros								
A	-	1.238	1.238	(6)	-	706	706	(3)
B	1.416	32	1.448	(14)	878	29	907	(9)
C	1.413	144	1.557	(47)	828	94	922	(28)
D	1.476	58	1.534	(153)	646	19	665	(67)
E	1.330	32	1.362	(409)	1.234	18	1.252	(376)
F	1.254	23	1.277	(638)	1.114	14	1.128	(564)
G	1.059	9	1.068	(748)	937	7	944	(661)
H	6.054	16	6.070	(6.071)	4.873	16	4.889	(4.889)
Total	111.653	211.046	322.699	(70.195)	115.127	242.282	357.409	(69.262)

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2024, os créditos renegociados totalizaram R\$ 112.612 (R\$ 78.391 em 2023), as baixas de operações de créditos, realizadas após 180 dias da classificação no risco H, totalizaram R\$ 35.541 (R\$ 44.660 em 2023) e as recuperações de créditos baixados para prejuízo, líquido de IOF, totalizaram R\$ 2.537 (R\$ 4.698 em 2023).

e. Movimentação das perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	1º Sem. 2024	1º Sem. 2023
Saldo inicial	(69.262)	(79.719)
Constituição de provisão de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(51.917)	(66.064)
Reversão de provisão provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	15.442	12.897
Perdas em operações de créditos baixados por inadimplência	35.542	44.660
Saldo final	(70.195)	(88.226)

f. Concentração das operações de crédito

Concentração das operações de crédito	06/2024	06/2023
Saldo devedor do maior cliente	374	456
Percentual do maior cliente sobre a carteira	0,12%	0,16%
Somatório do saldo devedor dos 10 maiores	1.914	2.063
Percentual dos 10 maiores sobre carteira	0,59%	0,58%
Somatório do saldo devedor dos 50 maiores	5.654	5.491
Percentual dos 50 maiores sobre carteira	1,75%	1,54%

6. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

A Financeira adota o procedimento de reconhecer créditos tributários de imposto de renda e de contribuição social sobre diferenças temporárias. Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, os valores desses tributos diferidos são os seguintes:

a. Composição por base de diferimento

	06/2024			12/2023
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total	Total
Itens base do diferimento				
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	9.638	5.783	15.421	14.487
Provisão para passivos contingentes	132	79	211	223
Prejuízo fiscal e base negativa do exercício de 2023	932	583	1.515	2.503
Total	10.702	6.445	17.147	17.213

b. Apuração

	06/2024	12/2023
Diferenças temporárias		
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	38.553	36.217
Provisão para passivos contingentes	527	559
Prejuízo fiscal e base negativa do exercício de 2023	3.787	6.257
Total de diferenças temporárias	42.867	43.033
Imposto de renda diferido	10.702	10.758
Contribuição social sobre o lucro líquido diferido	6.445	6.455
Total	17.147	17.213
Circulante	13.256	14.255
Realizável a longo prazo	3.891	2.958

c. Movimentação

	Saldo Inicial 12/2023	Constituição	Utilização / Reversão	Saldo Final 06/2024
Imposto de renda				
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	9.054	11.210	(10.626)	9.638
Provisões para contingências	140	19	(27)	132
Prejuízos fiscais	1.564	-	(632)	932
Créditos tributários de IRPJ	10.758	11.229	(11.285)	10.702
Contribuição social				
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	5.432	6.726	(6.375)	5.783
Provisões para contingências	84	11	(16)	79
Base negativa de contribuição social	939	-	(356)	583
Créditos tributários de CSLL	6.455	6.737	(6.747)	6.445
Total de créditos tributários de CSLL e IRPJ	17.213	17.966	(18.032)	17.147

d. Período de realização

Os créditos tributários são registrados por seus valores nominais e serão revertidos, conforme suas exclusões no cálculo do resultado tributável em períodos futuros, quando os valores contábeis dos ativos que forem recuperados ou liquidados, cuja expectativa é demonstrado no quadro abaixo:

Períodos	2024	2023
0 a 12 meses	13.256	14.255
13 a 24 meses	3.453	2.837
25 a 36 meses	438	121
Saldo final de crédito tributário diferido	17.147	17.213

e. Valor presente

Conforme requerido pela Resolução nº 4.842 de 30/7/2020, o valor presente dos créditos tributários, calculado considerando a taxa de Selic de 10,50% a.a. (11,75% a.a. em 2023), está representado por R\$ 9.468 (R\$ 9.449 em 2023) referente ao imposto de renda e R\$ 5.681 (R\$ 5.666 em 2023) referente a contribuição social.

7. OUTROS CRÉDITOS

	06/2024	12/2023
Outros créditos		
Impostos e contribuições a compensar (1)	6.187	6.169
Devedores diversos – País (3)	1.302	2.248
Despesas antecipadas (2)	1.107	729
Devedores por depósitos em garantia	601	562
Adiantamentos e antecipações	98	144
Valores a receber de sociedades ligadas (Nota 19. a)	165	103
Total	9.460	9.955
Circulante	3.273	5.574
Realizável a longo prazo	6.187	4.381

- (1) Referem-se aos saldos a compensar de imposto de renda e contribuição social, sendo que, do total a compensar, R\$5.235 (R\$ 5.015 em 2023) refere-se a créditos apurados sobre o benefício fiscal da Lei do Bem, nos períodos de 2021 e 2022.
- (2) Referem-se as despesas antecipadas com seguros, vale alimentação e corretagem sobre captações.
- (3) Do total de devedores diversos país, R\$ 968 (R\$ 711 em 2023) refere-se a créditos a receber, em até dois dias, das parcerias conveniadas e de comissões sobre Seguro de Proteção Financeira a receber da Icatu Seguros S.A.

8. ATIVO PERMANENTE

a. Composição do ativo permanente

	06/2024	12/2023
Imobilizado		
Imobilizado em andamento	32	8
Imobilizado de uso bruto	2.733	2.449
Depreciação acumulada	(1.816)	(1.702)
Total imobilizado líquido	949	755
Intangível		
Intangível em desenvolvimento	1.663	2.177
Intangível em uso bruto	10.908	9.546
Amortização acumulada	(3.262)	(2.723)
Total intangível líquido	9.309	9.000
Total	10.258	9.755

b. Movimentação do ativo permanente

	12/2023		Movimentações do período				06/2024	
	Saldo líquido	Adições	Baixas aquisição	Baixa depreciação	Transf.	Depreciação	Saldo líquido	
Imobilizado em andamento	8	24	-	-	-	-	32	
Instalações	8	24	-	-	-	-	32	
Imobilizado de Uso	747	323	(39)	38	-	(152)	917	
Veículos	-	283	-	-	-	(26)	257	
Mobiliários	256	16	-	-	-	(21)	251	
Equip. de Proc. Dados	277	24	(40)	38	-	(59)	241	
Instalações	214	-	-	-	-	(46)	168	
Total imobilizado	755	348	(40)	38	-	(152)	949	
Intangível em curso	2.177	846	-	-	(1.360)	-	1.663	
FIDC	296	272	-	-	-	-	568	
CRM	158	370	-	-	-	-	528	
Inteligência Artificial	245	46	-	-	-	-	291	
Modelo de risco de crédito	118	24	-	-	-	-	142	
Aplicativo Banking	1.360	83	-	-	(1.360)	-	83	
Site Viacerta	-	51	-	-	-	-	51	
Intangível em uso	6.823	4	(2)	2	1.360	(541)	7.646	
Aplicativo Banking	5.946	-	-	-	1.360	(457)	6.849	
Código Fonte ER Card	877	-	-	-	-	(82)	795	
Outros Softwares	-	4	(2)	2	-	(2)	2	
Total intangível	9.000	850	(2)	2	-	(541)	9.309	
Total ativo permanente	9.755	1.198	(42)	40	-	(693)	10.258	

	12/2022		Movimentações do período				12/2023	
	Saldo líquido	Adições	Baixas aquisição	Baixa depreciação	Transf.	Depreciação	Saldo líquido	
Imobilizado em andamento	-	8	-	-	-	-	8	
Instalações	-	8	-	-	-	-	8	
Imobilizado de Uso	960	61	(64)	58	-	(268)	747	
Instalações	306	-	-	-	-	(92)	214	
Mobiliários	288	10	-	-	-	(42)	256	
Equip. de Proc. Dados	366	51	(64)	58	-	(134)	277	
Total imobilizado	960	69	(64)	58	-	(268)	755	
Intangível em curso	2.982	2.177	-	-	(2.982)	-	2.177	
Modelo Perda Esperada	-	118	-	-	-	-	118	
CRM	-	158	-	-	-	-	158	
Inteligência Artificial	-	245	-	-	-	-	245	
Aplicativo Banking	2.982	1.360	-	-	(2.982)	-	1.360	

FIDC	-	296	-	-	-	-	296
Intangível	4.883	2	(178)	178	2.982	(1.043)	6.822
Código Fonte ER Card	1.042	-	-	-	-	(165)	877
Outros Softwares	1	2	(2)	2	-	(3)	-
Sistema p/ controladoria	133	-	(177)	177	-	(133)	-
Aplicativo Banking	3.707	-	-	-	2.982	(743)	5.946
Total intangível	7.865	2.179	(178)	178	-	(1.044)	9.000
Total ativo permanente	8.825	2.248	(242)	236	-	(1.312)	9.755

A Financeira avaliou os ativos e não identificou indicativos de impairment.

9. DEPÓSITOS A PRAZO

Os depósitos a prazo referem-se a CDBs (Certificados de Depósitos Bancários) Pós-Fixados DI captados a taxa média 117% do DI totalizando R\$ 137.395, CDBs Prefixados a taxa média de 11,82% totalizando R\$ 2.913 e RDBs (Recibos de Depósitos Bancários) Pós-Fixados DI captados a taxa média de 115% do DI totalizando R\$ 94, ambos sem liquidez e que possuem as seguintes distribuições de vencimentos:

Vencimentos	06/2024			12/2023		
	CDB	RDB	Total	CDB	RDB	Total
até 3 meses	-	-	-	1.360	180	1.540
de 3 a 12 meses	25.663	-	25.663	26.593	93	26.686
de 1 a 3 anos	75.963	-	75.963	77.769	-	77.769
de 3 a 5 anos	38.682	94	38.776	-	-	-
Total	140.308	94	140.402	98.722	273	98.995
Circulante	25.663	-	25.663	27.953	273	28.226
Exigível em longo prazo	114.645	94	114.739	70.769	-	70.769

10. RECURSOS DE ACEITES CAMBIAIS E EMISSÃO DE TÍTULOS

Referem-se as Letras Financeiras Pós-Fixadas com remuneração de 130% do DI totalizando R\$ R\$69.464 e Letras de Câmbio Pós-Fixadas com remuneração média de 119% do DI totalizando R\$ 156.692, e que possuem a seguinte distribuição de vencimentos:

Vencimentos	06/2024			12/2023		
	Letras financeiras	(1) Letras cambiais	Total	Letras financeiras	(1) Letras cambiais	Total
até 3 meses	-	-	-	-	3.559	3.559
de 3 a 12 meses	(2) 53.524	59.472	112.996	(2) 54.106	66.783	120.889
de 1 a 3 anos	-	20.766	20.766	-	32.175	32.175
de 3 a 5 anos	-	42.838	42.838	-	50.282	50.282
mais 5 anos	(3) 15.940	33.616	49.556	(3) 16.115	-	16.115
Total	69.464	156.692	226.156	70.221	152.799	223.020

Circulante	53.524	59.472	112.996	54.106	70.342	124.448
Exigível em longo prazo	15.940	97.220	113.160	16.115	82.457	98.572

- (1) Letras de câmbio, com liquidez R\$ 98.989, sendo que R\$ 6.869 constam registrados no circulante e R\$ 92.120 no longo prazo (R\$ 86.978 em 2023, sendo R\$ 4.521 no curto prazo e R\$ 82.458 no longo prazo) e sem liquidez R\$ 57.703 (R\$ 65.821 em 2023).
- (2) Letras financeiras sem subordinação e sem liquidez.
- (3) Letras financeiras subordinadas e sem liquidez, autorizadas a compor patrimônio de referência nível 2.

11. PASSIVOS CONTINGENTES

a. Composição das provisões

A Financeira constitui provisão contábil para os processos judiciais com probabilidade de perda classificada como provável, conforme apresentado abaixo:

	<u>06/2024</u>	<u>12/2023</u>
Natureza		
Processos judiciais Cíveis	527	559
Total	<u>527</u>	<u>559</u>

Em 30 de junho de 2024, a Financeira apresenta R\$ 7.920 (R\$ 6.821 em 2023) em processos judiciais com probabilidade de perda classificada como possível, sendo R\$ 6.140 e R\$ 1.780 de processos cíveis e trabalhistas, respectivamente (R\$ 4.247 e R\$ 1.232 em 2023).

b. Movimentação das provisões

	<u>Movimentação do período</u>				<u>06/2024</u>
	<u>12/2023</u>	<u>Constituição / atualização</u>	<u>Reversão</u>	<u>Pagamento</u>	
Natureza					
Processos judiciais cíveis	559	75	(95)	(12)	527
Total	<u>559</u>	<u>75</u>	<u>(95)</u>	<u>(12)</u>	<u>527</u>

	<u>Movimentação do período</u>				<u>12/2023</u>
	<u>12/2022</u>	<u>Constituição/ atualização</u>	<u>Reversão</u>	<u>Pagamento</u>	
Natureza					
Processos judiciais cíveis	627	256	(46)	(278)	559
Total	<u>627</u>	<u>256</u>	<u>(46)</u>	<u>(278)</u>	<u>559</u>

c. Expectativa de realização

	<u>06/2024</u>	<u>12/2023</u>
Cíveis		
Até 1 ano	253	297
> 1 ano até 2 anos	123	122
> 2 anos até 3 anos	151	140
Total	<u>527</u>	<u>559</u>

12. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	06/2024	12/2023
Valores a pagar a sociedades ligadas (1)	3.814	3.278
Credores diversos – País (2)	2.902	2.958
Provisão para pagamentos a efetuar (3)	1.890	1.651
Total	8.606	7.887
Circulante	8.606	7.887
Exigível em longo prazo	-	-

- (1) Refere-se a despesas administrativas a pagar (Nota Explicativa nº 19) e valores a repassar com as sociedades parceiras Verde Administradora de Cartões de Crédito S. A e Lojas Quero-Quero S. A, representação comercial e comissões a pagar a Fácil Promotora de Vendas e Serviços S/A.
- (2) Referem-se a parcela de seguro proteção financeira, comissões diferidas sobre operações realizadas pelas conveniadas, contas a pagar decorrentes de resultados de parceria a pagar e operações de crédito realizadas no último dia do semestre pelas novas parcerias.
- (3) O valor de provisão para pagamentos a efetuar refere-se a salários a pagar, provisão de férias e encargos, gratificação semestral, participação nos resultados e assistência médica.

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social

O capital social da Financeira, subscrito e integralizado, é de R\$ 38.288 (R\$ 38.288 em 2023), e está representado por 100.000 (em 2023 total de 100.000 ações) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, de acionistas domiciliados no país.

b. Reserva Legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

	2024	2023	
	1º Sem.	1º Sem.	2º Sem.
Lucro do período	3.285	(5.578)	2.474
Reserva legal (5%)	164	-	124

c. Dividendos

Conforme o parágrafo quarto, do art. 19, do estatuto, é assegurada a distribuição de dividendos obrigatórios de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado nos termos do art. 202, da Lei nº 6.404/76.

i. Cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios

	2024	2023	
	1º Sem.	1º Sem.	2º Sem.
Lucro líquido	3.286	(5.578)	2.474
Reserva constituída	164	-	124
Base de cálculo de dividendo obrigatórios	3.122	-	2.350
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	781	-	588
Dividendos mínimos obrigatórios distribuídos no período	781	-	350
Dividendos do período a distribuir	-	-	238

ii. Dividendos distribuídos no período

	1º Sem. 2024	1º Sem. 2023
Dividendos de exercícios anteriores	500	950
Dividendos mínimos obrigatório	781	-
Dividendos adicionais referente 1º semestre de 2024	199	-
Total dos dividendos distribuídos no período	(2) 1.480	(1) 950

- (1) Durante o semestre findo em 30 de junho de 2023, foram pagos a título de dividendos, o montante de R\$ 950 referente ao exercício 2022, conforme deliberação da Diretoria, em reunião realizada em 13 de fevereiro de 2023.
- (2) Durante o semestre findo 30 junho de 2024, foram pagos a título de dividendos, o montante de R\$ 1.480, conforme deliberação da Diretoria em reuniões realizadas em 15 de janeiro de 2024 e 23 de abril de 2024.

14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	1º Sem. 2024	1º Sem. 2023
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	5.551	(9.377)
Efeito das adições e das exclusões no cálculo dos tributos	2.348	5.017
Diferenças temporárias de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	45.242	60.683
Diferenças temporárias de provisões passivas	75	176
Exclusões por perdas fiscais de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(42.504)	(55.644)
Exclusões por reversões de diferenças temporárias passivas	(795)	(198)
Adições permanentes	330	-
Lucro ou prejuízo real do período	7.899	(4.360)
Compensação de prejuízos anteriores	2.369	-
Base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social	5.529	(4.360)
Apuração do imposto de renda corrente	1.370	-
Imposto de renda sobre o lucro real do período	1.370	-
Incentivos fiscais	-	-
Ajuste de períodos anteriores	-	-

Apuração da contribuição social corrente	829	-
Contribuição social sobre o lucro real do período	829	-
Ajuste de períodos anteriores	-	-
Total do imposto de renda e da contribuição social correntes	2.199	-

15. RECEITA DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

	1º Sem. 2024	1º Sem. 2023
Rendas de operações de crédito	91.582	103.104
Recuperação créditos de baixados para prejuízo	2.536	4.699
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	3.461	4.431
Rendas de aplicação interfinanceira	-	180
Total	97.579	112.414

16. RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	1º Sem. 2024	1º Sem. 2023
Receita de serviços prioritários (1)	10.554	9.598
Receita com comissões sobre vendas de seguros (2)	2.226	2.473
Tarifas de antecipação de recebíveis e de cobrança	54	89
Receita de outros serviços	-	2
Total	12.834	12.162

- (1) Refere-se, basicamente, as tarifas sobre serviços de confecção de cadastro e sobre saques através cartão de crédito, totalizando R\$ 8.115 e R\$ 2.063, respectivamente (em 2023 R\$ 8.286 e R\$ 1.136).
- (2) Receita referente operações de seguro prestamista de operações de crédito.

17. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	1º Sem. 2024	1º Sem. 2023
Despesas de serviços de terceiros (1)	25.566	26.875
Despesas com serviços técnicos especializados	1.502	4.477
Despesas com processamento de dados	3.987	3.922
Despesas com viagens	193	134
Despesas com propaganda e publicidade	787	725
Despesas de comunicações	47	36
Outras despesas	2.662	2.972
Total	34.744	39.141

- (1) Em 30 de junho de 2024, do montante da conta de despesas de serviço de terceiros, R\$ 19.423 (R\$ 19.605 em 2023) referem-se a custos de transações realizadas com partes relacionadas, regida por contrato entre as partes, conforme apresentado na Nota Explicativa nº 19.

18. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	1º Sem. 2024	1º Sem. 2023
Contribuição financiamento da seguridade social (COFINS)	(3.519)	(3.636)
Programa de integração social (PIS)	(572)	(591)
Imposto sobre serviços (ISS)	(487)	(460)
Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU)	(16)	(8)
Imposto sobre Prop. de Veículos Automotores (IPVA)	(2)	(4)
Total	(4.596)	(4.699)

19. PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos de ativos e passivos, bem como as transações que influenciaram o resultado, relativas a operações de captações com partes relacionadas foram realizadas em condições usuais estabelecidas em contrato entre as partes, e para operações de crédito em condições específicas, considerando o volume das operações e os prazos de pagamentos, conforme apresentado abaixo:

	2024								
	Ativo		Passivo			Resultado			
	Serviços Fide	Profit	Captações	Repasses	Comissões	Rec. Seguro	Rec. Serv.	Desp. adm.	Desp. Finan
Empresas	(1)		(2)	(4)				(3)	
Quero Quero Verdecard	110	11	-	(2.028)	-	-	376	(14)	-
Lojas Quero-Quero	-	44	-	-	-	73	-	(4.701)	-
Fácil Promotora de Vendas	-	-	-	-	(1.786)	-	-	(14.708)	-
Agropecuaria Sentinela	-	-	(2.162)	-	-	-	-	-	(9)
Via Certa Participacoes e Inv	-	-	(712)	-	-	-	-	-	(28)
Luar Participações e Invest	-	-	(2.237)	-	-	-	-	-	(130)
Hammer Participações	-	-	(16.591)	-	-	-	-	-	(967)
Scholze Participações	-	-	(853)	-	-	-	-	-	(51)
Scholze Incorporações	-	-	(6.259)	-	-	-	-	-	(351)
Hammerschmitt & Cia	-	-	(623)	-	-	-	-	-	(37)
AAA Participações e Invest	-	-	(29)	-	-	-	-	-	(3)
Luar Inc.Imobiliarias	-	-	(9.193)	-	-	-	-	-	(490)
Asas Comercio de Veiculos	-	-	(352)	-	-	-	-	-	(27)
C S Z – Adm de Imóveis	-	-	(24)	-	-	-	-	-	(1)
F.A Scholze Adm de Imóveis	-	-	(14)	-	-	-	-	-	(2)
RIF AIR Participações	-	-	-	-	-	-	-	-	(41)
Tocantins Inc e Empr Imobil	-	-	(1.798)	-	-	-	-	-	(16)
Transportes Madrugada	-	-	(230)	-	-	-	-	-	(13)
Via Certa - Empr. Imobiliários	-	-	(509)	-	-	-	-	-	(46)
Pessoas Fisicas Ligados	-	-	(115.394)	-	-	-	-	-	(6.868)
Total	110	55	(156.980)	(2.028)	(1.786)	73	376	(19.423)	(9.080)

	2023								
	Ativo		Passivo			Resultado			
	Serviços Fide	Profit	Captações	Repasses	Comissões	Rec. Seguro	Rec. Serv. Fide	Desp. adm.	Desp. Finan
(1)		(2)	(4)				(3)		
Empresas									
Quero Quero Verdecard	30	14	-	(1.425)	-	-	178	(243)	-
Lojas Quero-Quero	-	57	-	-	-	94	-	(4.407)	-
Fácil Promotora de Vendas	-	-	-	-	(1.220)	-	-	(14.955)	(11)
Agropecuaria Sentinela	-	-	(447)	-	-	-	-	-	(108)
Via Certa Participacoes e Inv	-	-	(213)	-	-	-	-	-	(31)
Luar Participações e Invest	-	-	(2.203)	-	-	-	-	-	(157)
Hammer Participações e Invest	-	-	(15.662)	-	-	-	-	-	(1.276)
Scholze Participações	-	-	(838)	-	-	-	-	-	(67)
Scholze Incorporações	-	-	(5.712)	-	-	-	-	-	(305)
Hammerschmitt & Cia	-	-	(621)	-	-	-	-	-	(26)
AAA Participações e Invest	-	-	(229)	-	-	-	-	-	(23)
Luar Incorporações Imobiliarias	-	-	(8.819)	-	-	-	-	-	(698)
Asas Comercio de Veículos	-	-	(668)	-	-	-	-	-	(59)
C S Z – Admin. de Imóveis	-	-	(11)	-	-	-	-	-	(1)
Fernando Scholze Agropecuária	-	-	(12)	-	-	-	-	-	(1)
RIF AIR Participações	-	-	(228)	-	-	-	-	-	(6)
Green Fomento Coml	-	-	(240)	-	-	-	-	-	(17)
Transportes Madrugada	-	-	(174)	-	-	-	-	-	(12)
Via Certa - Empr.Imobiliários	-	-	(484)	-	-	-	-	-	(25)
Pessoas Fisicas Ligados	-	-	(178.536)	-	-	-	-	-	(13.652)
Total	30	71	(215.097)	(1.425)	(1.220)	94	178	(19.605)	(16.475)

- (1) Os valores a receber da Quero Quero Verdecard referem-se à reembolso de profit e prestação de serviços para FIDC.
- (2) As captações, através de recursos de aceites cambiais, são remuneradas a taxas que variam de 105% a 130% do CDI em 2024 e 2023.
- (3) Despesas administrativas a pagar, referem-se às obrigações pelos serviços prestados na administração de cadastro, cobrança, utilização de sistemas informatizados e arquivo de documentos relacionados às operações de crédito concedidas aos clientes da Financeira com as Lojas Quero-Quero S.A., oriundas do contrato de parceria celebrado entre as partes, com vigência até 5 de outubro de 2024, em que a utilização de base de clientes, canais e infraestrutura operacional para exploração de produtos financeiros é remunerada com base em percentual calculado sobre os resultados obtidos e ressarcimento de custos efetivos na utilização de recursos pela Financeira e comissões, serviços de representação comercial, cobrança e correspondente bancário prestados pela Fácil Promotora de Vendas e Serviços S/A.
- (4) Referem-se a recursos liberados a clientes, decorrentes de operações de crédito, realizadas no último dia do semestre, a serem repassados em D+1.

20. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Nos semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023, os benefícios proporcionados pela Financeira na forma de remuneração fixa, conforme as responsabilidades de seus Administradores, estavam assim compostos

	1º Sem. 2024	1º Sem. 2023
Remuneração dos administradores	(1.643)	(965)
Encargos sociais s/ remuneração dos administradores	(370)	(217)
Total	(2.013)	(1.182)

Não existem benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para o pessoal-chave da Administração.

Conforme Legislação vigente, não foram concedidos empréstimos ou adiantamentos para: (i) diretores e membros do Conselho, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o segundo grau; (ii) pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10% (dez por cento), salvo autorização específica do Banco Central do Brasil, em cada caso, quando se tratar de operações lastreadas por efeitos comerciais resultantes de transações de compra e venda ou penhor de mercadorias, em limites que forem fixados pelo CMN, em caráter geral; (iii) pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10% (dez por cento); (iv) pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10% (dez por cento) quaisquer dos diretores ou administradores da própria instituição financeira, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até segundo grau.

21. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Via Certa estabeleceu uma estrutura de gerenciamento de riscos, de acordo com as exigências da resolução nº 4.557/17 do CMN, permitindo identificar, mensurar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar os riscos que a instituição está exposta.

A estrutura implementada é compatível com o modelo de negócio, com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos, dos serviços, das atividades e dos processos da instituição; proporcional à dimensão e à relevância da exposição aos riscos, segundo critérios definidos pela instituição; adequada ao perfil de riscos e à importância sistêmica da instituição; e capaz de avaliar os riscos decorrentes das condições macroeconômicas e dos mercados em que a instituição atua.

As atividades de gerenciamento do risco são desempenhadas pela Área de Gestão de Riscos e Compliance, auditoria interna, auditoria externa, comitê de riscos e diretoria, conforme definido na Política Interna de Gestão de Riscos, disponível no site da Financeira. A Área de Gestão de Riscos e Compliance é uma unidade de controle independente e segregada das unidades que executam as atividades operacionais e de auditoria.

A Declaração de Appetite por Risco (RAS) representa o valor máximo de perda que uma instituição está disposta a suportar, preservados os seus objetivos estratégicos e resultados, levando em consideração a qualidade dos processos; a qualidade do sistema de controles internos; as especificidades dos mercados e produtos em que opere; o grau de eficácia dos mitigadores de risco utilizados; e a capacitação dos colaboradores.

Os níveis dos diversos riscos - baixo, médio ou alto - são definidos em consonância com as metas estabelecidas no planejamento estratégico, e levam em consideração a cultura, o perfil e o histórico de atuação da instituição junto ao seu público-alvo nos diversos mercados em que atua ou pretende passar a atuar.

Os principais riscos que a entidade está exposta são: Risco de crédito, de mercado, operacional e de liquidez.

a. Risco de crédito

Define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados, desvalorização de instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte ou do instrumento mitigador, reestruturação e custos de recuperação.

A gestão do risco de crédito trata-se de um conjunto de pessoas, sistemas, processos e procedimento, por meio dos quais a instituição acompanha o nível de risco a que se encontra exposta em suas operações de crédito. O risco de crédito será monitorado e gerenciado a partir de relatórios de indicadores, os quais serão utilizados para aferir o grau de aderência dos resultados aos objetivos e metas estabelecidos, viabilizando eventuais revisões e ajustes no processo de crédito como um todo, inclusive políticas e estratégias.

O gerenciamento do risco de crédito terá como fundamento o acompanhamento de um conjunto de indicadores capazes de avaliar os riscos associados: a inadimplência, a concentração, os mitigadores e os pagamentos/recebimentos.

A instituição define como médio-baixo o nível de risco que está disposta a expor-se em sua carteira de crédito. O nível de risco médio-baixo é resultante da ponderação dos diversos níveis de riscos inerentes aos produtos e mercados em que a instituição opera, consideradas as respectivas concentrações e composição da carteira.

b. Risco de liquidez

Define-se como a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, bem como encontrar dificuldades para liquidar uma posição junto ao mercado.

A gestão de liquidez é composta por um conjunto sistemas, processos e procedimentos por meio dos quais se busca garantir a existência de recursos financeiros com alto grau de liquidez em patamar compatível com as exigibilidades a que a instituição esteja sujeita. Além da situação atual, são projetados cenários futuros, levando em conta eventos adversos que possam afetar a capacidade financeira da instituição, tais como elevação da inadimplência e aumento de resgates, os quais devem ser objeto de testes de estresse.

Quanto ao acompanhamento da situação de liquidez, podem ser utilizados indicadores para avaliar: a relação entre ativos líquidos e exigibilidades de curto prazo; percentual de renovações de aplicações; nível de resgates de aplicações; nível de concentração na captação; grau de acerto das projeções (fluxo de caixa projetado x realizado); e testes de estresse.

A Via Certa se propõe a operar com baixo nível de risco de liquidez, implementando uma política de manutenção de disponibilidade de recursos de alta liquidez, capaz de cobrir as necessidades de recursos projetadas com folga confortável.

c. Risco de mercado

Define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes das flutuações nos valores de mercado de instrumentos financeiros detidos pela instituição, decorrentes de variações de taxas de juros, preços de ações, variação cambial e preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento do risco de mercado trata-se de um conjunto de sistemas e procedimentos por meio dos quais a instituição avalia e controla os principais determinantes, incluindo o descasamento entre ativos e passivos, em relação a prazos, taxas, indexadores e moedas. A Financeira utiliza a abordagem

de resultado de intermediação financeira, onde busca avaliar o possível impacto de alterações nas taxas de juros sobre o resultado da intermediação financeira da carteira bancária.

O nível de risco de mercado pode ser especificado por limites tais como valores máximos de posições; perda máxima admitida; descasamentos e limites de estresse. O grau de aderência aos limites constitui indicador para efeito de monitoramento do risco.

A Via Certa não mantém, nem tem por estratégia manter, operações nos mercados de câmbio, commodities ou de capitais. No que se refere a possíveis perdas oriundas de variações da taxa de juros, a estratégia de proteção utilizada pela Instituição é praticar em suas operações de crédito um spread capaz de absorver os efeitos de possíveis elevações de curto e médio prazos. Nestas circunstâncias, o nível de exposição ao risco de mercado é considerado médio baixo.

d. Risco operacional

Define-se como a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. Inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Instituição, bem como as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Instituição.

A gestão do risco operacional trata-se de um conjunto de procedimentos, processos e sistemas voltados ao acompanhamento da execução das atividades da instituição, incluindo-se nessas atividades a contratação de serviços de terceiros e correspondentes.

A partir da avaliação dos riscos operações e das falhas identificadas nos controles internos, são construídos indicadores para monitoramento do desempenho das diversas atividades realizadas na Instituição, com base nos quais poderão ser aperfeiçoados os processos com vistas à minimização das possibilidades de falhas.

A instituição tem por política investir no aperfeiçoamento de seus processos, produtos e serviços, buscando dotar sua estrutura física e de recursos humanos de todos os requisitos para um desempenho de alto nível. Assim, a instituição propõe-se a operar com nível médio baixo de risco operacional.

22. GERENCIAMENTO DE CAPITAL

O gerenciamento de capital da Financeira está estruturado de acordo na resolução nº 4.557/17 e possui como objetivo principal estimar as necessidades futuras de capital regulamentar, com base nas projeções de crescimento da entidade, de suas exposições aos riscos, de movimentos de mercado e de outras informações relevantes. Além disso, a estrutura de gerenciamento de capital é responsável pela identificação das fontes de capital, pela redação e submissão do plano de capital para aprovação, bem como pelo acompanhamento do atual nível dos índices de capital regulatório.

A gestão do capital é realizada com base na relação do Patrimônio de Referência (Situação) e do Patrimônio de Referência Exigido (mínimo). De acordo com sua estratégia, a Financeira implementou uma estrutura de gerenciamento de capital com o objetivo de manter um nível de capital superior aos requisitos regulamentares mínimos.

A Financeira observa as orientações da resolução nº 4.955 do CMN para a apuração do Patrimônio de Referência, que consiste no somatório do Nível 1 e Nível 2, onde o Nível 1 é composto de Capital Principal e do Capital Complementar. O Capital Principal é composto de capital principal, reservas e lucros acumulados, menos deduções e ajustes prudenciais. O Capital Complementar e o capital de Nível 2 consistem em instrumentos de dívida subordinada com datas de vencimento definidas e que atendem aos requisitos de elegibilidade, estabelecidos nos art. 6º e 7º da referida norma, respectivamente.

De acordo a resolução nº 4.958 do CMN, a entidade calcula os requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), de Nível I e de Capital Principal e sobre o Adicional de Capital Principal (ACP). Para calcular os requerimentos mínimos de capital, a Financeira apura o montante total dos Ativos Ponderados por Risco (RWA) através da soma das parcelas dos Ativos Ponderados por Risco de Crédito (RWAcpad), de Mercado (RWAm pad) e operacional (RWAopad), ambos apurados por metodologias padronizadas.

a. Resumo do demonstrativo de limites operacionais - DLO

	06/2024	12/2023
Patrimônio de referência		
Patrimônio de referência - PR	45.833	46.027
Patrimônio de referência nível I - PRN1	29.893	29.912
Capital principal - CP	29.893	29.912
Capital complementar - CC	-	-
Patrimônio de referência nível II - PRN2	15.940	16.115
Ativos ponderados pelo risco - RWA		
RWA para risco crédito por abordagem padronizada - RWAcpad	209.770	240.255
RWA para risco operacional por abordagem padronizada - RWAopad	18.174	17.104
Total dos ativos ponderados por risco	227.944	257.359
Requerimento mínimo de capital		
Capital para cobertura do risco de variação na taxa de juros	2.977	12.063
PR mínimo requerido para o RWA	18.235	20.589
PR mínimo requerido para o RWA e para risco de variação na taxa de juros	21.212	32.652
PRN1 mínimo requerido para o RWA	13.676	15.442
CP mínimo requerido para o RWA	10.257	11.581
CP requerido para manutenção de instr. elegíveis ao capital complementar	11.682	13.190
CP requerido para manutenção de instrumentos elegíveis ao nível II	10.257	11.581
Adicional de capital principal mínimo requerido para o RWA	5.698	6.434
Margem ou insuficiência de capital		
Margem sobre patrimônio de referência requerido	27.598	25.438
Margem sobre patrimônio de referência nível 1 requerido	16.217	14.470
Margem sobre o capital principal requerido	19.636	18.331
Margem sobre o PR considerando IRRBB e adicional de capital	18.923	6.941
Margem sobre capital principal considerando adicional de capital	13.938	11.897
Margem sobre patrimônio de referência nível 1 considerando Adicional de capital	10.519	8.037
Detalhamento do cálculo de Apuração do Limite de Imobilização		
Limite para imobilização	22.916	23.014

Valor da situação para o limite de imobilização	10.259	9.755
Valor da margem ou insuficiência para o limite de imobilização	12.657	13.258

b. Indicadores

Índices	06/2024	12/2023
Índice de basileia - IB - (PR / RWA)	20,11%	17,88%
Índice de basileia amplo - IBA - ((PR - IRRBB) / RWA)	18,80%	13,20%
Índice de Nível I - IN1 - (PRN1 / RWA)	13,11%	11,62%
Índice de capital principal - ICP - (CP / RWA)	13,11%	11,62%
Margem em pontos percentuais	06/2024	12/2023
Índice de basileia - IB (Mínimo 10,5%)	9,61 p.p.	7,38 p.p.
Índice de basileia amplo - IBA (Mínimo 10,5%)	8,30 p.p.	2,70 p.p.
Índice de Nível I - IN1 (Mínimo 8,5%)	4,61 p.p.	3,12 p.p.
Índice de capital principal - ICP (Mínimo 7%)	6,11 p.p.	4,62 p.p.

23. EVENTOS SUBSEQUENTES

Entre julho e agosto de 2024 a Financeira não registrou nenhum evento subsequente relevante.

Mario Garcia de Vasconcelos Junior
Presidente

Fábio Von Groll
Diretor administrativo-financeiro

Adelar José Diel
Contador CRC/RS 062617